

**EXTRATO**

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 2º, da Resolução nº 173/2017-CNMP, torna público as decisões proferidas pelo Conselho Superior na Sessão Ordinária do dia **12 de janeiro de 2018**, às **09 horas**, a saber:

**a) Comunicações de Arquivamentos de Processos Administrativos:**

1. **Proc. 16171/2017**  
PJ de Esperantinópolis  
Arquivamento do PA 15/2016.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
2. **Proc. 17375/2017**  
1ª PJ de Balsas  
Arquivamento do PA 31/2017. simp 2645-274/2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
3. **Proc. 17376/2017**  
1ª PJ de Balsas  
Arquivamento do PA simp 2413-274/2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
4. **Proc. 17716/2017**  
PJ Sucupira do Norte  
Arquivamento do PA 15/2017.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
5. **Proc. 17718/2017**  
PJ Riachão  
Arquivamento do PA 04/2017.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
6. **Proc. 17769/2017**  
PJ Sucupira do Norte  
Arquivamento do PA 28/2017.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
7. **Proc. 17773/2017**  
PJ Sucupira do Norte  
Arquivamento do PA 26/2017.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
8. **Proc. 17774/2017**  
PJ Sucupira do Norte  
Arquivamento do PA 20/2017.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
9. **Proc. 17851/2017**  
PJ Riachão  
Arquivamento do PA 01/2017.  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

31. **Proc. 16817/2017** (IC 01/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de Arame  
Data: 12.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
32. **Proc. 16818/2017** (IC 02/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de Arame  
Data: 12.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
33. **Proc. 16819/2017** (IC 58/2014)  
Promotoria de Justiça: 8ª PJ Especializada Meio-ambiente  
Data: 21.11.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
34. **Proc. 16820/2017** (IC 05/2014)  
PJ de Timbiras  
Data: 27.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
35. **Proc. 16821/2017** (IC 52/2015)  
Promotoria de Justiça: PJ de Pio XII.  
Data: 23.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
36. **Proc. 17003/2017** (IC 17/2014)  
Promotoria de Justiça: PJ de Humberto de Campos  
Data: 26.10.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
37. **Proc. 17025/2017** (IC 57/2015)  
Promotoria de Justiça: PJ de Pio XII.  
Data: 21.07.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
38. **Proc. 17091/2017** (IC 06/2016)  
1ª PJ de Itapecuru-mirim  
Data: 30.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
39. **Proc. 17204/2017** (IC 26/2014)  
Promotoria de Justiça: PJ de Humberto de Campos  
Data: 23.11.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
40. **Proc. 17206/2017** (IC 06/2014)  
Promotoria de Justiça: PJ de Timbiras  
Data: 22.11.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
41. **Proc. 17207/2017** (IC 53/2015)  
Promotoria de Justiça: 1ª PJ de Sta Inês.  
Data: 14.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

42. **Proc. 17219/2017** (IC 44 e 45/2016)  
Promotoria de Justiça: PJ de São João dos Patos  
Data: 21.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
43. **Proc. 17299/2017** (PA 01/2014)  
Promotoria de Justiça: 1ª PJ de Sta Inês  
Data: 05.12.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
44. **Proc. 17300/2017** (0095-266/2016)  
Promotoria de Justiça: 1ª PJ de Viana  
Data: 23.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
45. **Proc. 17394/2017** (IC 17/2016)  
Promotoria de Justiça: Pio XII  
Data: 19.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
46. **Proc. 17542/2017** (IC 164/2012)  
Promotoria de Justiça: 7ª Meio-ambiente  
Data: 07.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
47. **Proc. 17617/2017** (IC 05/2015)  
Promotoria de Justiça: Pio XII  
Data: 15.09.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
48. **Proc. 17619/2017** (IC 30/2016)  
Promotoria de Justiça São João dos Patos  
Data: 07.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
49. **Proc. 17620/2017** (IC 05/2015)  
Promotoria de Justiça Pio XII  
Data: 04.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
50. **Proc. 17744/2017** (IC 216/2015)  
7ª Promotoria de Justiça Meio-ambiente  
Data: 07.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
51. **Proc. 17814/2017** (IC 02/2015, 02 e 03/2016 + 33/2011)  
Promotoria de Justiça Igarapé-Grande  
Data: 01.12.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
52. **Proc. 17815/2017** (IC 02/2016)  
2ª Promotoria de Justiça de Barra do Corda  
Data: 29.11.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

53. **Proc. 17817/2017** (IC 01/2014)  
2ª Promotoria de Justiça de Barra do Corda  
Data: 22.11.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
54. **Proc. 17818/2017** (IC 01/2014)  
Promotoria de Justiça de Timbiras  
Data: 05.12.2017  
Decisão: Convertido em diligências.
55. **Proc. 18366/2017** (IC 237/2012)  
Promotoria de Justiça: 7ª Meio-ambiente  
Data: 04.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
56. **Proc. 18381/2017** (IC 248/2016)  
Promotoria de Justiça: 7ª Meio-ambiente  
Data: 01.10.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
57. **Proc. 18389/2017** (IC 206/2014)  
Promotoria de Justiça: 7ª Meio-ambiente  
Data: 21.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
58. **Proc. 18390/2017** (IC 236/2015)  
Promotoria de Justiça: 7ª Meio-ambiente  
Data: 04.12.2017  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

**c) Esclarecimentos sobre prorrogações de prazo**

59. Proc. 15596/2017 (IC 01/2011)  
Promotoria de Justiça: Timbiras  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
60. Proc. 15598/2017 (IC 02/2013)  
Promotoria de Justiça: Timbiras  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
61. Proc. 15599/2017 (IC 02/2011)  
Promotoria de Justiça: Timbiras  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
62. Proc. 15600/2017 (IC 03/2013)  
Promotoria de Justiça: Timbiras  
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

**d) Relatórios Trimestrais de Atividades**

63. Proc. 16654/2017 (Outubro)  
1ª Promotoria de Justiça de Balsas  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

64. Proc. 17316/2017 (Dezembro)  
2ª Promotoria de Justiça de Grajaú  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
65. Proc. 17391/2017 (Dezembro)  
Promotoria de Justiça de Pio XII  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
66. Proc. 17621/2017  
12ª PJ Itinerante – Ago a Outubro, atividade no bairro da Liberdade e adjacências  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
67. Proc. 125/2018 (Dezembro)  
2ª Promotoria de Justiça de Sta Inês  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
68. Proc. 126/2018 (Dezembro)  
Promotoria de Justiça de São Domingos  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

e) **CORREGEDORIA:**

69. **Proc. Digidoc nº 16928/2017.** Permuta voluntária de membros. Interessados: Elyjeane Alves Carvalho, e Fanny de Sousa Brandes.  
**VOTO-VISTA: Dr Marco Antônio Anchieta Guerreiro**  
Decisão: Perda do objeto em face da desistência dos requerentes.
70. **Proc. nº 2293/2017 – Portaria Reservada nº 12/2017 – CGMP, de 02/06/2017**  
Interessado: Corregedoria  
Assunto: Relatório Conclusivo de Sindicância  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

**Relatórios de Acompanhamento de Estágio (Corregedoria):**

71. **Proc. nº 3657/2017 – Lucas Mascarenhas**  
Interessado: Corregedoria  
Período: Setembro e Outubro/2017  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
72. **Proc. nº 15386/2017 – José Orlando S. Filho**  
Interessado: Corregedoria  
Período: Agosto a Outubro/2017  
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

f) **PROCESSOS PARA JULGAMENTO**

**CONSELHEIRO Luiz Gonzaga Martins Coelho**

73. **Proc. nº 036620-500/2017**  
Origem: PJ de Pio XII  
Interessado(a): Thiago Lima Aguiar  
Objeto: Apurar possível irregularidades detectadas no relatório de auditoria nº 7717-DENASUS/SEAUD/MA  
Assunto: Arquivamento do IC nº 0059/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 059/2015 SIMP nº 036620-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 023/2015-PJPIOXII, com objetivo de apurar possíveis irregularidades detectadas no Relatório de Auditoria nº 7717-DENASUS/SEAUD/MA, realizado em março de 2009 no município de Pio XII/MA, referente à aplicação e gestão dos recursos públicos destinados ao sistema de saúde municipal. Recomendação expedida. Termo de Ajuste Sanitário firmado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Pio XII/MA. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004 - CSMP

**74. Proc. nº 033772-500/2017 – 8 v**

Origem: PJ de Arame

Interessado(a): Hélder Ferreira Bezerra

Objeto: Apurar suposta irregularidades no quadro de pessoal da prefeitura municipal possível existência de servidor recebendo sem trabalhar.

Assunto: Arquivamento do PP nº 01/2012

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 01/2012-PJA SIMP nº 033772-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 01/2012, visando apurar supostas irregularidades no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Arame/MA, tendo em vista a possível existência de servidores que receberiam salários sem trabalhar, configurando-se hipótese de "funcionários fantasmas". Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**75. Proc. nº 000138-255/2015**

Origem: 1ª PJ de Açailândia

Interessado(a): Glauce Mara Lima Malheiros

Objeto: Investigação acerca do FGTS no município de São Francisco do Brejão

Assunto: Arquivamento do IC nº 01/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 01/2015 SIMP nº 000138-255/2015. Instaurado por meio da Portaria nº 01/2015 – 1ªPJAÇ, visando apurar supostas irregularidades quanto à definição do regime jurídico dos servidores públicos do município de São Francisco do Brejão/MA. Recomendação expedida. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**76. Proc. nº 010459-500/2016**

Origem: 20ª PJE de Defesa da Saúde

Interessado(a): Maria da Glória Mafra Silva

Objeto: Apurar ausência de fornecimento de lancetas para realização de teste de glicemia

Assunto: Arquivamento do PP nº 16/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento Preparatório nº 16/2016 e Registro no SIMP nº 010459-500/2016. Instauração como Notícia de Fato, posteriormente convertida em Procedimento Preparatório nº 16/2016, visando apurar as razões de suposta ausência de fornecimento de lancetas para realização de testes de glicemia. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos Órgão demandado. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento.

**77. Proc. nº 032934-500/2017**

Origem: PJ de Alto Parnaíba

Interessado(a): Fábio de Oliveira Nunes

Objeto: Apurar negligência da municipalidade no que diz respeito à conservação do patrimônio público, especificamente no que se refere à não realização de revisão do veículo do Conselho Tutelar

Assunto: Arquivamento do PP nº 01/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 001/2017 – PJAP SIMP nº 032934-500/2017. Inaugurado pela Portaria nº 04/2017, visando apurar suposta negligência da municipalidade no que diz respeito à conservação do patrimônio público, especificamente em relação à ausência de revisão do carro do Conselho Tutelar. Expedição de Ofícios requisitórios. Informações prestadas pelos Órgãos demandados. Inspeção realizada no veículo. Promoção de Arquivamento. Remessã dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**78. Proc. nº 034964-500/2017**

Origem: PJ de São Bento

Interessado(a): Celso Antônio Fernandes Coutinho

Objeto: Apuração de conclusão do convênio nº 212/02 – ASSJUR realizado entre o Estado do Maranhão através da Gerência de Infraestrutura, e o município de Bacurituba

Assunto: Arquivamento do IC nº 004/2006

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 004/2006 SIMP nº 034964-500/2017. Originado por meio da Portaria nº 21/2002 – PJSB, com base no Ofício Circular nº 309/2002 da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado do Maranhão, que tem por objeto o Convênio nº 212/2002-ASSJUR, firmado entre a Gerência de Estado de Infraestrutura e a Prefeitura Municipal de Bacurituba, para fins de execução de serviços de eletrificação rural no referido Município. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelo órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**DECLÍNIO A OUTRO MEMBRO DO MP**

**79. Proc. nº 000157-266/2015**

Origem: 2ª PJ de Viana

Interessado(a): Gustavo de Oliveira Bueno

Objeto: Representação de vereadores do município em face das supostas irregularidades cometidas pelo gestor no tocante ao desvio de recursos públicos da merenda escolar e do FUNDEB

Assunto: Declaração de suspeição por motivo de foro íntimo

Decisão: Conhecido, designação do titular da 1ª PJ de Viana para atuar no feito.

**DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MPF**

**80. Proc. nº 035056-500/2017**

Origem: PJ de Sucupira do Norte

Interessado(a): Thiago de Oliveira Costa Pires

Objeto: Apurar possível irregularidade praticada pela Administração Municipal no descumprimento do convênio para construção de uma escola no povoado de Água Branca

Assunto: IC nº 013/2015 – Declínio ao MPF

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito Civil nº 013/2015 – PJ/SN SIMP nº 035056-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 38/2015, com vista a apurar possíveis irregularidades em obra referente a construção de uma escola no povoado Água Branca, zona rural de Sucupira do Norte/MA, com recursos decorrentes do FNDE. Declínio de Atribuição.

Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização. Enunciados nº 18/2016 e 13/2016 – CSMP.

**81. Proc. nº 035191-500/2017**

Origem: PJ de Eugênio Barros

Interessado(a): Francisco Hélio Porto Carvalho

Objeto: Apurar possível irregularidade na execução do PDDE, no exercício financeiro 2004

Assunto: IC nº 03/2014 – Declínio ao MPF

Decisão: Declínio de atribuição referendado pelo Conselho Superior.

Ementa: Inquérito Civil nº 03/2014 nº SIMP 035191-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 30/2016, visando apurar supostas irregularidades na prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no exercício de 2004, constatada pela Controladoria Geral da União – CGU, do relatório de Fiscalização nº 625, conforme parecer nº 212/2013 -DASESP/COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE, celebrado entre Município de Governador Eugênio Barros - MA, por intermédio do ex-prefeito Expedito Machado e a União, através do Ministério da Educação. Declínio de Atribuição. Competência do Ministério Público Federal. Parecer para apreciação do CSMP. Homologação do Declínio de Atribuição. Encaminhamento ao órgão responsável pela fiscalização.

**CONSELHEIRA: Domingas de Jesus Froz Gomes**

**82. Proc. nº 002847-274/2017**

Origem: 1ª PJ de Balsas

Interessado(a): Dailma Maria de Melo Brito

Objeto: Apurar denúncia de que valores de empréstimos consignado de servidores públicos da Secretaria de Saúde não estariam sendo repassados para as instituições financeiras

Assunto: Arquivamento do PP nº 28/2011

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Promoção de arquivamento. Representação efetuada com a finalidade de denunciar descontos nos vencimentos dos servidores públicos e ausência de repasse para a instituição financeira correspondente. Tramitação de inquérito civil com mesmo objeto. Com vistas a extinguir a duplicidade de procedimentos, o arquivamento dos presentes autos é medida que se impõe, nos moldes do artigo 337, §3º, do novo código de processo civil. Homologação da promoção de arquivamento

**83. Proc. nº 033187-500/2017**

Origem: PJ de Paraibano

Interessado(a): Gustavo Pereira Silva

Objeto: Apurar o empenho de valores e pagamentos de credores pelo município

Assunto: Arquivamento do IC nº 04/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado para apurar informações prestadas pela ex prefeita do município de Paraibano de que o autal gestor do referido município se nega a efetuar o pagamento de fornecedores e prestadores de serviço. Ausência de lastro probatório que indique comprovação dos fatos informados. Ausência de justa causa à propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

**84. Proc. nº 001937-500/2017**

Origem: PJ de Riacho

Interessado(a): Adoniran Souza Guimarães



Objeto: Apurar a responsabilidade de agente público por prática de ato administrativa consistente em ilegalidades praticadas no exercício do cargo de presidente da Câmara Municipal

Assunto: Arquivamento do IC nº 08/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado a partir de documentos encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão para apurar a responsabilidade da ex presidente da Câmara Municipal de vereadores de Riachão, sra. Selma Maria Feitosa Pires, do exercício financeiro de 2008, acerca de irregularidades na prestação de contas. Ocorrência da prescrição quanto a propositura de ação de improbidade administrativa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 8.429/92. Arquivamento homologado.

**85. Proc. nº 034910-500/2017**

Origem: PJ de São Bento

Interessado(a): Celso Antônio Fernandes Coutinho

Objeto: Apurar prestação de contas irregulares da Câmara Municipal de Bacurituba exercício financeiro 2007

Assunto: Arquivamento do IC nº 010/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado com a finalidade de apurar notícia do Tribunal de Contas do Estado de que as contas da Câmara Municipal de Bacurituba, do exercício financeiro de 2007, obtiveram deliberação irregular. Ocorrência da prescrição quanto a propositura de ação de improbidade administrativa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 8.429/92. Arquivamento homologado.

**86. Proc. nº 010600-253/2016**

Origem: 5ª PJE de Imperatriz

Interessado(a): Newton de Barros Bello Neto

Objeto: Finalidade de investigar e tomar providências tendentes a resolver a problemática da suspensão da realização dos exames cateterismo cardíaco, angioplastia coronária, angiografia cerebral, arteriografia de membros, arteriografia da aorta e arteriografia renal pelo Estado do Maranhão para paciente do SUS de Imperatriz

Assunto: Arquivamento do IC nº 008/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado com a finalidade de coletar provas e tomar providências tendentes a resolver a problemática da suspensão da realização de exames cardiológicos para pacientes do SUS em Imperatriz. Regularidade da prestação dos exames. Objeto do inquérito civil atingido. Ausência de justa causa à propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

**87. Proc. nº 032831-500/2017**

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Viturino Aragão

Objeto: Apurar possível irregularidade aos direitos da criança e adolescente de menores

Assunto: Arquivamento do IC nº 03/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado com a finalidade de apurar notícia de fato enviada pelo Conselho Tutelar de Sucupira do Riachão de que os menores P.V.N., J.V.N., C.N e A.G.N. estariam abandonados após a morte da genitora. Menores não mais se encontram em situação de risco. Objetivo alcançado. Arquivamento homologado.

**88. Proc. nº 001740-269/2017**

Origem: 1ª PJ de Porto Franco

Interessado(a): Ana Cláudia Cruz dos Anjos

Objeto: Apurar o procedimento licitatório, modalidade pregão tendo como objetivo a contratação dos serviços de internet banda larga para a Câmara Municipal de Porto Franco

Assunto: Arquivamento do PP nº 002/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento preparatório com a finalidade de verificar a regularidade do procedimento licitatório, modalidade pregão presencial nº 10/2016, que tem como objeto a contratação de serviços de internet banda larga para a Câmara Municipal de Porto Franco/MA. Expedição de recomendação por parte do Ministério Público. Cumprimento da recomendação. Ausência de interesse do Ministério Público na continuidade do presente procedimento. Perda do objeto. Arquivamento homologado.

**89. Proc. nº 035130-500/2017**

Origem: PJ de Paraibano

Interessado(a): Gustavo Pereira Silva

Objeto: Apurar suposto acúmulo ilegal de cargo público por servidores municipais

Assunto: Arquivamento do IC nº 08/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado para apurar a suposta irregularidade no acúmulo de cargo por servidores dos municípios de Paraibano e São João dos Patos/ MA. Acumulação de cargos permitida. Ausência de improbidade administrativa. Inexistência de elementos para propositura de ação civil pública ou qualquer outra ação, nos moldes dos art. 9º da lei nº 7.347/85. Homologação da promoção de arquivamento.

**90. Proc. nº 036367-500/2017**

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Viturino Aragão

Objeto: Apurar irregularidade aos direitos da criança e adolescente de menores

Assunto: Arquivamento do IC nº 24/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado visando a apuração de necessidade de ajuizamento de ação voltada à perda/suspensão do poder familiar da genitora dos menores T.G.S, C.H.G.S, G.G.S, B.C.G.S e C.D.S.V, sra. Fládia Gomes da Silva. Genitora e seus filhos morando em Paraibano. Possível ação deverá tramitar em Paraibano. Desnecessário prosseguimento do presente inquérito civil. Arquivamento homologado.

**CONSELHEIRO Francisco das Chagas Barros de Sousa**

**91. Proc. nº 019761-500/2014 – 8 v**

Origem: 31ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa

Interessado(a): Sidneya M. M. Nazareth Liberato – respondendo

Objeto: Apurar irregularidades do gestor da EMAP no exercício financeiro de 2005

Assunto: Arquivamento do IC nº 0011/2005

Decisão: Homologado parcialmente, retorno dos autos à PJ de origem para que busque informações a cerca do julgamento da prestação de contas do representado.

Ementa: Procedimento administrativo. Representação. Inquérito civil. Apurar possíveis atos de improbidade administrativa e/ou criminais praticados no âmbito da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, na gestão do investigado. Prescrição, ação de improbidade administrativa e ação penal. Possibilidade. Ação de reparação de danos. Julgamento prestação de contas. Manifestação pelo arquivamento parcial. Inteligência art. 23, I da Lei nº 8.429/92 C/C art. 90 da Lei nº

8.666/93. art. 9º da Lei nº 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**92. Proc. nº 019708-500/2014 – 5 v**

Origem: 31ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Interessado(a): Sidneya M. M. Nazareth Liberato – respondendo

Objeto: Apurar suposta infração funcional e ato de improbidade administrativa atribuído a ex-servidor

Assunto: Arquivamento do IC nº 022/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar suposto ato de improbidade administrativa e infração funcional atribuída ao ex-servidor Tácito Lopes de Jesus Garros. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência ar. 17 da resolução nº. 02/2004 do CPMP/MA e art. 9º da Lei n]. 7347/1985 C/C art. 23, I, da Lei nº. 8.429/1992.

**93. Proc. nº 001745-255/2015 – 3 v**

Origem: 1ª PJ de Açailândia

Interessado(a): Glauce Mara Lima Malheiros

Objeto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB no município entre os anos 2011 e 2012

Assunto: Arquivamento do IC nº 27/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. Acessibilidade e profissionais especializados. Defesa da educação. Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB no município de Açailândia entre os anos de 2011 e 2012. Ocorrências sanadas. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**94. Proc. nº 005030-253/2015 – 2 v**

Origem: 5ª PJ de Imperatriz

Interessado(a): Newton de Barros Bello Neto

Objeto: Apurar a insuficiência no fornecimento do serviço de hemodiálise meado do ano de 2015

Assunto: Arquivamento do IC nº 009/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar supostas irregularidades no serviço de hemodiálise do município de Imperatriz, para usuários do Sistema Único de Saúde. Ocorrência sanada. Manifestação pela homologação. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**95. Proc. nº 000807-028/2017 – 4 v**

Origem: PJ de Montes Altos

Interessado(a): Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis

Objeto: Apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa por parte do então gestor do município bem como a existência de crime de apropriação indébita previdenciária

Assunto: Arquivamento do IC nº 005/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa pelo então gestor do município de Ribamar Fiquene, bem como a existência de crime de apropriação indébita. Desnecessidade. Ação de

improbidade administrativa e/ou reparação de danos ao erário. Contribuição previdenciária. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**96. Proc. nº 001472-265/2017**

Origem: 2ª PJ de Zé Doca

Interessado(a): Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva

Objeto: Apurar suposta situação de negligência envolvendo crianças de 09 e 04 anos

Assunto: Arquivamento do PA nº 071/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Apurar suposta situação de negligência envolvendo as crianças C.L.L. e C.L.L, respectivamente com 09 (nove) e 04 (quatro) anos de idade. Não comprovação dos fatos alegados. Medidas protetivas. Impossibilidade. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**97. Proc. nº 000081-013/2016**

Origem: PJ de Riachão

Interessado(a): Adoniran Souza Guimarães

Objeto: Fiscalizar denuncia oriunda do CRAS de Feira Nova sobre falta de estrutura física e pessoal no Centro de Referência

Assunto: Arquivamento do IC nº 015/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Fiscalizar denúncia oriunda do Centro de Assistência Social – CRAS de Feira Nova/MA, através de carta denúncia, relatando descaso da administração pública com o centro de referência. Falta de estrutura física e pessoal, irregularidades, precariedade de equipamentos e outros. Ocorrências sanadas. Desnecessidade de ajuizamento de ação civil pública. Cientificação da interessada. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**98. Proc. nº 020127-500/2014**

Origem: 32ª PJE de Defesa da Infância e Juventude

Interessado(a): Fátima Maria Souza Arôso Mendes – respondendo

Objeto: Verificar eventual descumprimento de decisão judicial contra a Secretaria Municipal de Assistência Social e os Conselhos Tutelares da área São Cristóvão/São Raimundo

Assunto: Arquivamento do IC nº 05/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Verificar eventual descumprimento à notificação judicial nº. 227-43.2014.8.10.0002. Decisão cumprida. Comprovação. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**99. Proc. nº 001123-006/2017**

Origem: PJ de Cantanhede

Interessado(a): Tiago Carvalho Rohrr

Objeto: Apurar suposta prática de improbidade administrativa praticada pela ex-gestora do município de Pirapemas

Assunto: Arquivamento do IC nº 015/2013

Decisão: Homologado parcialmente, retorno dos autos à PJ de origem para eventual promoção de ação de reparação ao erário.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Suposta lesão ao patrimônio público municipal de Pirapemas/MA. Prescrição. Ação de improbidade administrativa. Manifestação pela homologação parcial de arquivamento. Devolução dos autos à Promotoria de Origem. Eventual promoção de ação de ressarcimento. Inteligência art. 17 da resolução nº. 02/2004 do CPMP/MA e art. nº 9 da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 23, I, da Lei nº. 8429/1992.

**100. Proc. nº 002985-254/2016**

Origem: 7ª PJ de Caxias

Interessado(a): Cristiane Carvalho de Melo Monteiro

Objeto: Apurar os fatos constante Conselho Tutelar sobre negligência e maus-tratos contra menores perpetrados por sua genitora

Assunto: Arquivamento do IC nº 012/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Notícia de fato. Inquérito civil. Acompanhamento dos menores C.H.S.V; C.M.S.V e E.C.S.V., por supostas negligência e maus-tratos perpetrados por sua genitora. Ocorrência sanada. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**101. Proc. nº 000420-252/2016**

Origem: 5ª PJ de Timon

Interessado(a): Marco Antonio Camardella da Silveira

Objeto: Apurar possível ilegalidade e/ou irregularidade em procedimento licitatório

Assunto: Arquivamento do IC nº 025/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Verificar possível ilegalidade e/ou irregularidades em procedimento licitatório, modalidade pregão presencial SRP nº 60/13, para contatação de serviço de tráfego para execução de plano de sinalização viária do município de Timon. Meras irregularidades formais. Impossibilidade. Ajuizamento ação de improbidade administrativa. Cientificação dos interessados. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**102. Proc. nº 001261-253/2017**

Origem: 6ª PJE de Imperatriz

Interessado(a): Albert Lages Mendes

Objeto: Apurar representação que noticia casos de acúmulo ilegal de cargos públicos por parte de servidores da prefeitura de Vila Nova dos Martírios

Assunto: Arquivamento do IC nº 003/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar representação que noticia possíveis casos de acúmulo ilegal de cargos públicos por parte de servidores da Prefeitura de Vila Nova dos Martírios/MA. Ocorrências sanadas. Impossibilidade de ajuizamento de ação de improbidade administrativa e /ou reparação de danos ao erário. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**103. Proc. nº 026899-500/2017**

Origem: PJ de Alcântara

Interessado(a): Renato Madeira Reis – respondendo

Objeto: Apurar sobre o convênio nº 254/CV/2007 firmado entre a Associação de Jovens de Itaaú e a SEAGRO

Assunto: Arquivamento do PA nº 20/2008

Decisão: Homologado parcialmente, retorno dos autos à PJ de origem para eventual promoção de ação de reparação ao erário.

Ementa: Procedimento administrativo. Apurar notícias relacionadas ao convênio nº. 254/CV/2007 firmado entre a Associação Clube de Jovens de Itaaú e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAGRO. Manifestação pela homologação parcial do arquivamento. Devolução dos autos à Promotoria de Origem. Eventual promoção de ação de ressarcimento ao erário. Inteligência art. 17 da resolução nº. 02/2004 do CPMP/MA e art. nº 9 da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 23, I, da Lei nº. 8429/1992.

**104. Proc. nº 001016-265/2016**

Origem: 2ª PJ de Zé Doca

Interessado(a): Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva

Objeto: Apurar denúncia do Disque Direitos Humanos

Assunto: Arquivamento do PA nº 075/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Disque 100. Apurar denúncia realizada pelo disque 100 de suposto abuso sexual de adolescente. Apuração crime de estupro de vulnerável. Ausência de situação de risco para a adolescente. Inquérito policial instaurado pelo delegado regional de polícia civil. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**105. Proc. nº 000325-267/2016 – 5 v**

Origem: 1ª PJ de Santa Inês

Interessado(a): Larissa Sócrates de Bastos

Objeto: Apurar regularidade do convênio nº 007/2013- ASSJUR/SECID, firmado entre o município de Santa Inês e a SECID, visando a recuperação asfáltica de bairros

Assunto: Arquivamento do PA nº 004/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Averiguar a regularidade de convênio firmado entre a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID e o município de Santa Inês. Ausência de ato de improbidade administrativa e dano ao erário. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**106. Proc. nº 029337-500/2017**

Origem: PJ de Bequimão

Interessado(a): Renato Madeira Reis

Objeto: Apurar irregularidades na prestação de contas da prefeitura de Peri Mirim exercício financeiro de 1994 conforme decisão PL/TCE nº 1216/2010

Assunto: Arquivamento do PA nº 733AD/2011

Decisão: Homologado parcialmente, retorno dos autos à PJ de origem para eventual promoção de ação de reparação ao erário.

Ementa: Procedimento Administrativo. Prestação de contas da Prefeitura Municipal de Peri Mirim no exercício financeiro de 1994, com decisão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão pela abstenção de opinião, julgando as contas ilíquidas. Manifestação pela homologação parcial do arquivamento. Devolução dos autos à Promotoria de Origem. Eventual promoção de ação de ressarcimento. Inteligência art. 17 da resolução nº. 02/2004 do CPMP/MA e art. nº 9 da Lei nº. 7.347/1985 C/C art. 23, I, da Lei nº. 8429/1992.

**107. Proc. nº 026475-500/2017**

Origem: PJ de Alto Parnaíba

Interessado(a): Fábio Oliveira Nunes

Objeto: Apurar suspeita de desvio de verbas destinada a saúde por meio de pagamento de TFD por parte da Secretaria da Saúde a servidores públicos

Assunto: Arquivamento do IC nº 19/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil – apuração de desvio de verbas da saúde pública referente ao programa “Tratamento Fora do Domicílio” (TFD) a funcionários públicos municipais – suposto desvio ocorrido no ano de 2009 – prescrição de eventual ato de improbidade – impossibilidade de ajuizamento de ação por ressarcimento ao erário por lastro probatório insuficiente - homologação de arquivamento .

**108. Proc. nº 000979-025/2017**

Origem: PJ de Cedral

Interessado(a): Ariana Tércio Silva Aguiar

Objeto: Apurar denúncia do Disque 100 acerca de distribuição de merenda escolar com data de validade vencida em escola da rede pública

Assunto: Arquivamento do IC nº 09/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar denúncia realizada pelo disque 100, acerca da distribuição de merenda escolar com data de validade vencida em escola da rede municipal de Cedral/MA. Ação civil pública. Ausência de elementos. Impossibilidade. Cientificação dos interessados. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da lei nº. 7.347/1985 c/c art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**109. Proc. nº 030001-500/2017**

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar possível irregularidade aos direitos da criança e adolescente de menores

Assunto: Arquivamento do IC nº 48/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Comunicado. Conselho tutelar. Apurar possível irregularidade aos direitos da criança e adolescente dos menores A.R.S, E.C.S e G.F.A.C.R.. Secretaria de assistência social. Ocorrências sanadas. Cientificação dos interessados. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº. 7.347/1985 c/c art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**110. Proc. nº 030158-500/2017**

Origem: PJ de Montes Altos

Interessado(a): Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis

Objeto: Apurar suposto crime ambiental consistente no desmatamento de vegetação ciliar às margens do Riacho Bacuri no município de Sítio Novo

Assunto: Arquivamento do IC nº 012/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento preparatório. Inquérito civil. Denúncia. Apurar suposto crime ambiental consistente no desmatamento de vegetação ciliar fixada às margens do riacho Bacuri. Relatório técnico – SEMA. Danos ambientais não comprovados. Perda de objeto. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da lei nº. 7.347/1985 c/c art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

**111. Proc. nº 001215-276/2017**

Origem: 2ª PJ de Itapecuru Mirim

Interessado(a): Carla Mendes Pereira Alencar

Objeto: Apurar possível situação de risco à idosa a qual seria vítima de agressão psicológica e negligência por seus filhos

Assunto: Arquivamento do PA nº 006/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento Administrativo. Notícia de fato. Apurar possível situação de risco à idosa Maria das Dores dos Santos, a qual seria vítima de agressão psicológica e negligência por seus filhos. Ausência de maus tratos e negligência. Falecimento da idosa. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da lei nº. 7.347/1985 c/c art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do colégio de procuradores de justiça do estado do maranhão.

**112. Proc. nº 001104-274/2017**

Origem: 1ª PJ de Balsas

Interessado(a): Dailma Maria de Melo Brito

Objeto: Apurar responsabilidade do ex-gestor público quanto a gestão de contas públicas referente ao exercício financeiro de 2003

Assunto: Arquivamento do PIP nº 40/2011

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Procedimento investigatório preliminar. Apurar a responsabilidade do representado quanto à gestão das contas públicas referentes ao exercício financeiro de 2003, quando era Prefeito Municipal de Balsas/MA. Ação de improbidade administrativa e responsabilização criminal. Prescrição. Ajuizamento. Ação de execução de multa. Manifestação pela homologação arquivamento. Inteligência art. Art. 17 da resolução nº. 02/2004 do cpmp/ma e art. 9º da lei nº. 7347/1985 c/c art. 23, i, da lei nº. 8.429/1992 e art. 89 da lei nº. 8.666/1993.

**DECLÍNIO AO MPF**

**113. Proc. nº 001048-269/2017**

Origem: 1ª PJ de Porto Franco

Interessado(a): Ana Cláudia Cruz dos Anjos

Objeto: Contratação da empresa Sambaíba Construções LTDA para construção de uma quadra poliesportiva na Escola Municipal localizada na fazenda Caiçara

Assunto: PP nº 052/2014 – retorno dos autos a Promotoria de origem e encaminhamento do feito por cópia aos MPF

Decisão: Devolução dos autos à PJ de origem para o ajuizamento das ações inerentes ao caso, bem como encaminhamento de cópia ao MPF.

Ementa: Procedimento Preparatório. Investigar a irregularidade do processo licitatório, que visa a contratação da Empresa Sambaíba Construções LTDA., para a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Municipal localizada na Fazenda Caiçara no município de Porto Franco. Declínio de atribuição. Devolução dos autos ao órgão ministerial de origem. Encaminhamento de cópia ao Ministério Público Federal. Obediência ao enunciado nº. 17/2016-CSMP e resolução nº. 23/2007-CNMP.

**114. Proc. nº 034983-500/2017**

Origem: PJ de Sucupira do Norte

Interessado(a): Thiago de Oliveira Costa Pires

Objeto: Apurar eventuais irregularidade da prefeitura municipal sobre descumprimento de convênio para construção da creche Pró-infância de Sucupira

Assunto: IC nº 015/2015 – retorno dos autos a Promotoria de origem e encaminhamento do feito por cópia aos MPF



Decisão: Devolução dos autos à PJ de origem para o ajuizamento das ações inerentes ao caso, bem como encaminhamento de cópia ao MPF.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte, consistentes no descumprimento de convênio para construção da creche Pro Infância de Sucupira. Declínio de atribuição. Manifestação pela devolução dos autos ao órgão ministerial de origem. Encaminhamento de cópia ao Ministério Público Federal. Obediência ao enunciado nº. 17/2016-CSMP e resolução nº. 23/2007- CNMP.

**CONSELHEIRA: Mariléa Campos dos Santos Costa**

**115. Proc. nº 008555-253/2016**

Origem: 5ª PJE de Imperatriz

Interessado(a): Newton de Barros Belló Neto

Objeto: Apurar condutas irregulares dos gestores públicos do município de Imperatriz pela prática de atos de improbidade administrativa

Assunto: Arquivamento do IC nº 007/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 07/2016 SIMP nº 008555- 253/2016. Instaurado por meio da Portaria nº 07/2016 – 5ª PJE/ITZ, com vista a apurar condutas irregulares dos gestores públicos do município de Imperatriz/MA pela prática de atos de improbidade administrativa, consistentes na conduta dolosa de permitir a descontinuidade da realização de exames de biópsia na rede municipal de saúde. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**116. Proc. nº 036579-500/2017**

Origem: 2ª PJ de Itapecuru-Mirim

Interessado(a): Carla Mendes Pereira Alencar

Objeto: Apurar possível dano ao meio ambiente por desrespeito ao limite de faixa de segurança de linhas de transmissão de energia elétrica no município de Mirando do Norte

Assunto: Arquivamento do IC nº 05/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 05/2016 SIMP nº 036579-500/2017. Instaurado por meio da Portaria nº 009/2016- 2ªPJIM, que converteu a Notícia de Fato nº 40/2015, com vista a apurar possível dano ao meio ambiente por desrespeito ao limite de faixa de segurança de linhas de transmissão de energia elétrica no município de Miranda do Norte/MA, visto que estaria sendo ocasionado pela construção de um empreendimento residencial sob as linhas em questão. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos Órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**117. Proc. nº 009557-500/2014 – 2 v**

Origem: 5ª PJE de Proteção ao Meio Ambiente

Interessado(a): Luís Fernando Cabral Barreto Junior

Objeto: Apurar eventual ato de improbidade consubstanciado na realização de parcelamento de solo e projeto de habitação em área pública

Assunto: Arquivamento do IC nº 179/2013

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 179/2013 SIMP nº 009557- 500/2014. Instaurado por meio de Portaria, com vista a apurar eventual ato de improbidade consubstanciado na realização de parcelamento de solo e projeto de habitação em área pública situada no

loteamento Recanto dos Vinhais. Solicitação de informações via Ofícios. Informações prestadas pelos órgãos demandados. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

**CONSELHEIRA: Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf**

**118. Proc. nº 015578-500/2016**

Origem: 20ª PJE de Defesa da Saúde  
Interessado(a): Maria da Glória Mafra Silva  
Objeto: Apurar ausência de disponibilização de medicamentos a usuária  
Assunto: Arquivamento do PP nº 20/2016  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Procedimento preparatório. Promoção de arquivamento. Informações acerca da ausência de disponibilização de medicamentos em favor da usuária Lucilene de Oliveira. Constatação de que o medicamento vem sendo adquirido por outros meios, bem como comprovação da substituição de um dos medicamentos por outro fármaco disponibilizado pelo sus. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**119. Proc. nº 034920-500/2017**

Origem: PJ de São Bento  
Interessado(a): Celso Antônio Fernandes Coutinho  
Objeto: Apurar denúncia de irregularidades em processo licitatório para adquirir gêneros alimentícios pela prefeitura do município  
Assunto: Arquivamento do IC nº 009/2015  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito civil. Promoção de arquivamento. Denúncia de irregularidades no processo licitatório 02/2014 da prefeitura de São Bento. Ausência de provas contundentes dos fatos desabonadores. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**120. Proc. nº 010832-500/2014**

Origem: 15ª PJE de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
Interessado(a): Norimar Gomes Nascimento Campos – (respondendo)  
Objeto: Apurar as condições de acessibilidade na Clínica UCG  
Assunto: Arquivamento do IC nº 21/2015  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito civil. Representação. Inobservância do direito à prioridade de atendimento de pessoa idosa e portadora de deficiência em clínica particular. Fato isolado. Funcionário substituído. Necessidade de adaptações estruturais do prédio para garantia de acessibilidade. Clínica desativada posteriormente. Ausência de ato ilícito. Homologação da promoção de arquivamento.

**121. Proc. nº 000433-277/2017**

Origem: PJ de Vitorino Freire  
Interessado(a): Fábio Murilo da Silva Portela  
Objeto: Apurar irregularidades na licitação objetivando a contratação de empresa para construção de uma praça no município de Altamira do Maranhão  
Assunto: Arquivamento do IC nº 433-277/2017  
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.  
Ementa: Inquérito civil. Promoção de arquivamento. Denúncia de irregularidades no processo licitatório nº. 021/2011, da Prefeitura de Altamira do Maranhão, tendo por objeto a reforma de praça no município em referência. Ausência de provas dos fatos denunciados. Durante a instrução do feito, verificou-se que o objeto do certame foi executado. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**122. Proc. nº 032888-500/2017**

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar maus-tratos com agressão física de menor por sua genitora

Assunto: Arquivamento do IC nº 25/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instauração a partir de notícia de fato. Objetivo apuração de maus tratos e agressões a criança praticadas pela genitora. Ausência de elementos que apontem a certeza e a continuidade da conduta. Estudo social apontando o regular exercício do poder familiar. Não caracterizada situação de risco. Promoção de arquivamento. Satisfação do objeto do procedimento. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**123. Proc. nº 000351-013/2016**

Origem: PJ de Riachão

Interessado(a): Adoniran Souza Guimarães

Objeto: Apurar carência de professores gerando lotação de salas de aula e atraso no início do ano letivo

Assunto: Arquivamento do IC nº 01/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Representação. Inobservância do direito à prioridade de atendimento de pessoa idosa e portadora de deficiência em clínica particular. Fato isolado. Funcionário substituído. Necessidade de adaptações estruturais do prédio para garantia de acessibilidade. Clínica desativada posteriormente. Ausência de ato ilícito. Homologação da promoção de arquivamento.

**CONSELHEIRO: Carlos Jorge Avelar Silva**

**124. Proc. nº 036353-500/2017**

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar possível existência de fraude em procedimento licitatório entre 2009 e 2016 que teve como participante a empresa R. dos Santos da Costa -ME para aquisição de materiais médicos e/ou medicamentos

Assunto: Arquivamento do IC nº 18/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar possível existência de fraude em procedimentos licitatórios realizados pelo município de São João dos Patos entre 2009 e 2016 e que teve como um dos participantes a empresa R. Dos Santos da Costa - ME, cujo objeto seja aquisição de materiais médicos e/ou medicamentos. Ausência de prova do dano, bem como de lesão, capaz de ensejar improbidade administrativa. Promoção de arquivamento. Homologação, nos termos do art. 10 § 1º da resolução nº 23/2007 do CNMP.

**125. Proc. nº 028058-500/2016**

Origem: 1ª PJ de Presidente Dutra

Interessado(a): Rosalvo Bezerra de Lima Filho

Objeto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa com lesão ao erário do ex presidente do Poder Legislativo exercício financeiro de 2007

Assunto: Arquivamento do IC nº 005/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar contas irregulares de entes públicos. Prescrição da ação de improbidade administrativa. Homologação de arquivamento. Inteligência do artigo 9º lei 7347/85 c/c art. 23, I, lei 8.429/1992.

**126. Proc. nº 000489-277/2017**

Origem: PJ de Vitorino Freire

Interessado(a): Fábio Murilo da Silva Portela

Objeto: Apurar a aquisição de uma ambulância no ano de 2011 pelo então prefeito, antes da realização do devido procedimento licitatório

Assunto: Arquivamento do IC nº 018/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Aquisição realizada no ano de 2011 pelo então prefeito de Altamira do Maranhão/MA, Arnaldo Gomes de Sousa, de uma ambulância ocorrida antes da realização do devido procedimento licitatório. Ausência de justa causa para propositura de ação. Homologação arquivamento.

**127. Proc. nº 036623-500/2017 – 2 v**

Origem: PJ de Loreto

Interessado(a): Leonardo Novaes Bastos

Objeto: Apurar a efetiva aplicação de recursos repassados às Prefeituras de Loreto e São Félix de Balsas celebrados com a GEINFRA

Assunto: Arquivamento do PA nº 02/2002

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Fiscalização do convênio nº 33/2002- ASSJUR firmado entre o Estado do Maranhão, por meio de sua gerência de infraestrutura, e o município de Loreto/MA. Ocorrência da prescrição quanto a propositura de ação de improbidade administrativa. Prescrição. Ausência de indícios de dano ao erário. Incabível qualquer medida a ser tomada pelo Ministério Público. Promoção de arquivamento. Inteligência dos artigos 9º e parágrafos da lei 7.347/85, no art. 13 e parágrafos da resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão e art. 10 e parágrafos da resolução 23/2007 do CNMP. Pedido de arquivamento homologado.

**128. Proc. nº 033768-500/2017**

Origem: PJ de Loreto

Interessado(a): Leonardo Novaes Bastos

Objeto: Apurar a legalidade e regularidade especialmente no concernente a publicidade da licitação nº 6679185 da Câmara de Vereadores de Loreto

Assunto: Arquivamento do IC nº 19/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Representação. Supostos atos de improbidade administrativa. Contratação de escritórios de advocacia. Ilegalidade na publicação da licitação nº 6679185. Ausência de conduta que possa ser enquadrada como ato de improbidade administrativa. Afastada a justa causa para continuidade do procedimento em tela. Promoção arquivamento. Promoção arquivamento. Arquivamento homologado.

**129. Proc. nº 000239-272/2017**

Origem: 1ª PJ de Pinheiro

Interessado(a): Frederico Bianchini Joviano dos Santos

Objeto: Apurar a representação formulada pelo escritório Tuma & Moraes Advogados Associados Sociedade Simples em obter acesso aos atos convocatórios de processos licitatório para contratação de serviços advocatícios

Assunto: Arquivamento do PA nº 136/2016

Decisão: Convertido em diligências.

Ementa: Procedimento administrativo. Representação. Apurar supostos atos de improbidade administrativa na contratação de escritórios de advocacia. Ausência de conduta que possa ser enquadrada como ato ímprobo. Afastada a justa causa para continuidade do procedimento em tela. Arquivamento não homologado. Conversão do feito em diligência



## RESUMO DA SESSÃO

### Processos Apreciados: 129

Arquivamento Homologado: 48

Comunicações de Arquivamento: 21

Convertido em diligências: 01

Declínio a outro membro: 01

Declínio de atribuição: 02

Devolução: 02

Esclarecimentos sobre prorrogações de prazo: 04

Homologação parcial: 04

Perda de objeto: 01

Prorrogações de prazo: 37

Relatório Estágio Obrigatório: 02

Relatórios Trimestrais: 06

São Luís, 16 de janeiro de 2018.

**Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf**

*Procuradora de Justiça*

*Secretária do Conselho Superior do Ministério Público*

